

Projetos sociais e Juventude: concepções de risco, classificações e identidades sociais nas interações entre educadores e jovens em uma favela na Zona Norte do Rio de Janeiro

Fernanda Delvalhas Piccolo
UFRJ / USS, Rio de Janeiro, Brasil

A presente comunicação é fruto de uma etnografia realizada num Centro Comunitário do Morro dos Macacos, localizado no Bairro de Vila Isabel, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, no período de agosto de 2002 a janeiro de 2005 (Piccolo, 2006). Na tese, meu objetivo principal foi compreender como se estruturam as redes de relações sociais, as sociabilidades e as interações sociais que se estabelecem entre os frequentadores e os trabalhadores do Centro Comunitário, e com os moradores do bairro de Vila Isabel, com agentes de instâncias governamentais (assistentes sociais, funcionários da Prefeitura e detentores de cargos de confiança, entre outros) e de organizações não-governamentais, de instituições religiosas e com políticos.

Para a realização da etnografia participei da vida cotidiana de jovens entre 14 e 20 anos que participavam de um dos diversos “projetos sociais” dos quais o Centro Comunitário é palco. Para a realização da pesquisa estabeleceu-se um processo de negociação de meu papel social naquele espaço tanto para minha entrada como permanência. Aí questões como cor e classe social foram ressaltadas a partir de minha presença. Fui posta e me coloquei, muitas vezes, na situação de ‘estrangeira’, que está próxima e distante ao mesmo tempo.

Um dos papéis sociais que desempenhei nesse local foi o de “ensinar uns meninos a ler”. Eu deveria ajudar alguns jovens de 14 a 19 anos a aprenderem a ler. Esta atividade me foi proposta em minha primeira visita ao centro comunitário, quando ao final de minha conversa de apresentação com a presidente da entidade eu disse a ela que, para realizar a pesquisa, gostaria de fazer alguma atividade ali, e ela me perguntou: “o que você sabe fazer?”. Ela estava sentada diante de um cartaz que dizia “todo mundo tem alguma coisa a oferecer”.

Então, ela me disse precisava de alguém “para ajudar uns meninos a ler porque eles estão com 16, 17 anos e não sabem ler”. Levou-me até a um balcão, no saguão de entrada, onde havia uns livros, abriu um deles e disse: “você pode aplicar um desses testes [teste de QI] com eles, pra

saber qual a idade mental deles, porque eles têm 16, 17 anos, mas têm mente de seis anos”. E completou, dizendo: “talvez eles não saibam ler porque eles não fizeram pré-escolar, nem nada”.

Perguntei a Dona Anastácia se ela queria que eu os testasse. Ela respondeu que não, que o teste seria “para começar”, porque se perguntasse a eles se não sabiam ler, eles não iriam dizer que não sabem. Dessa maneira, ela inventou um papel que eu deveria representar: ensinar alguns meninos a ler. Essa atividade era importante para ela, pois, conforme percebi posteriormente, em muitas das atividades que os jovens realizavam, no projeto, necessitavam de leitura e escrita e em virtude de muitos não saberem ler, os trabalhadores do projeto reclamavam bastante, apontando que estariam “prejudicando o bom andamento do trabalho”. Naquele momento aceitei a oferta de Dona Anastácia, embora não tivesse a menor idéia de como iria fazer para cumprir o papel que me fora atribuído. Nesta atividade, eu ficava durante uma hora e meia com três, quatro, no máximo com cinco jovens, o que possibilitou conversarmos sobre diferentes assuntos, tanto de sua participação no Centro Comunitário como sobre aspectos mais gerais de suas vidas.

Dessa maneira inseri-me no projeto social denominado “Esperança de Vida”, dirigido a jovens com até 18 anos. Uma suposta “situação de risco social” conduziria esses jovens ao projeto, isto é, a uma espécie de rito de passagem ao fim do qual lhes seriam abertas as portas ao mercado de trabalho. Tal classificação se sustenta sobre diversos índices, como o local de moradia e a falta de escolaridade.

Além disso, esses jovens buscam outros rótulos que os identifiquem. Por intermédio de roupas e acessórios de grifes, anéis e correntes, de tatuagens, de cortes e pinturas peculiares em seus cabelos ou como freqüentadores dos bailes *funk*, esses jovens aprendem e experimentam outros códigos existentes no morro. Essa outra identidade, embora não seja aparentemente bem-vinda no Centro Comunitário, ajuda ainda a definir o que, nos termos nativos, se entende por “risco”. Embrenhada nesta concepção de risco está a percepção da relação estabelecida entre os jovens e membros do tráfico local, muitos dos quais são seus amigos e parentes. Isto contribui para a ambigüidade desta relação: por um lado, uma identificação, por outro, um certo “medo” e tristeza de ver diversos amigos e parentes morrerem nas “guerras” entre as facções e nas disputas com policiais.

Em virtude das identidades e gostos distintos analiso a relação desses jovens com a equipe de trabalhadores do “projeto”, bem como com a presidente da entidade, que abrem, pela própria interação, espaço para os conflitos e as acusações de desvio. Aqui, o estigma conferido a

estes jovens é justamente aquilo que lhes confere identidade: suas roupas, seus cabelos, suas gírias, seus fascínios pelos símbolos ligados ao tráfico – carros, motos, armas, “novinhas”¹.

Minha análise parte quando da minha chegada ao Centro Comunitário, as primeiras frases que escutei sobre os jovens e as primeiras atividades que desenvolvemos. Ainda, tomo como referência minhas anotações das reuniões da “equipe do projeto” das quais participei, das conversas com trabalhadores e com os jovens do “projeto”. Realizei com eles, ainda, outras atividades, tais como: discussão de filmes, aula de fotografia, grupo focal sobre DST/Aids, passeios promovidos por Rogério (“reprodutor cultural”) – entre eles, ida à ALERJ (Assembléia Legislativa do Estado) para visitar uma exposição, à feira de livros realizadas no MAM (Museu de Arte Moderna), à praia do Recreio dos Bandeirantes. Dos 20 jovens participantes do projeto, mantive contato regular com cinco, mas todos os outros, pelo menos uma vez, participaram de algo que realizei.

Durante as atividades, que realizei com os jovens, eles mesclavam a feitura do exercício com brincadeiras, tais como jogar bolinha de papel um no outro, às vezes, um ameaçava, dizendo para eu tomar uma atitude: “olha aí, vou jogar a cadeira nele”, chamavam um ao outro de “burro, não vai passar na prova” ou de “boiola”.

Eram em momentos como esses, principalmente, que eu conversava com os jovens sobre assuntos diversos relacionados ao Centro Comunitário, ao morro e às suas vidas. E, aos poucos, fui conhecendo-os e a seus gostos, bem como os objetivos do “projeto” e compreendendo o quê a “equipe” entendia por “situação de risco” na qual esses jovens estariam inseridos, isto é, quais os ícones que definem os seus “riscos”.

O projeto, seus objetivos e a equipe

Nas reuniões da “equipe”, que atua no “projeto”, os objetivos do mesmo eram constantemente lembrados e discutidos.

O “projeto” atende a jovens, teoricamente, entre 14 e 18 anos, mas, na prática, jovens com 19 e 20 anos estavam incluídos e, sendo considerados “excedentes e a contrapartida da instituição”, não entrando “na contabilidade da Prefeitura”. O “projeto” tem financiamento do BID, no âmbito do Programa Favela-Bairro, desenvolvido pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

¹ As “novinhas” são meninas na faixa etária dos 12 a 14 anos, e que, segundo os jovens me disseram, são aquelas que eles “vão criando para depois chegar junto”, isto é, “vai falando com ela, desde quando ela tem 11 anos, vai falando, criando e aí quando ela tem 13, 14 chega junto”, visando a manter relações sexuais. Este processo é feito, segundo eles, com duas, três ou quatro ao mesmo tempo.

Cabe ressaltar, o caráter transitório de um “projeto”, pois sua continuidade depende de ‘vontades’ e momentos políticos. Devido a transitoriedade inerente aos “projetos”, a presidente do Centro Comunitário lembrava aos trabalhadores do projeto, nas reuniões, a importância da entrega dos relatórios, pois dele “é que vai depender se o projeto vai continuar, e também depende se quiserem economizar, porque é época de campanha [política]”.

Com este “projeto” o Centro Comunitário se insere num quadro mais amplo de instituições que desenvolvem “projetos sociais” voltados para esse segmento populacional: jovens, pobres e moradores de favelas, que, por essas mesmas características, encontrar-se-iam em “situação de risco”. Risco de entrar no “mundo do crime”, de tornarem-se usuários de drogas ou aprofundaram-se em seu uso. Nesse contexto é que ganha sentido a fala de Camila, psicóloga da equipe, proferida durante uma reunião: “o que temos a nosso favor é que droga é moda”, o que de certa maneira colaboraria para a continuidade do “projeto”.

Os objetivos do projeto são: os jovens irem se “profissionalizando e encaminhando” para o trabalho, “porque nessa idade eles querem trabalhar”, mas esbarram na questão da escolaridade. O “projeto” estaria assentado sobre cinco pilares: “cultura, esporte, educação, iniciação ao trabalho e lazer”.

A “equipe” era composta por alguns membros fixos e contratados pelo projeto - “consultor de dependência química”, psicóloga, “reprodutor cultural”, coordenador -, membros fixos voluntários: “treinadora de atletismo”, professores de inglês e de informática - que trabalham com dias, horários e papéis bem definidos perante os jovens, e outros flutuantes, voluntários, como pastores, estagiários, missionários que aparecem de vez em quando para realizar alguma atividade, fazer uma palestra.

A presidente do centro comunitário, embora não tivesse um momento específico com os jovens, estava sempre, de alguma maneira, envolvida com eles. Muitas vezes realizava alguma reunião com eles para lhes chamar a atenção sobre comportamentos que ela não aprovava, na busca de “disciplinamento dos corpos” e das ‘mentes’. Mas, frente a outros trabalhadores que reclamavam dos jovens, ela os ‘defendia’. Muitos jovens a chamam de “vó”, inserindo-a numa rede de parentesco. Nesse sentido, a relação estabelecida entre eles é diferente daquela que se estabelecia entre os jovens e os trabalhadores, muitos dos quais não moravam naquele local.

Devido à percepção dessa relação de proteção da presidente sobre os jovens, com a mudança de coordenação do projeto, a nova coordenadora queria que o projeto fosse desenvolvido “lá embaixo [no “Abrigo”, uma casa pertencente do centro, fora da favela], para cortar [esse] vínculo, para cortar a interferência da [presidente]”. No entanto, as atividades

continuaram a acontecer no espaço do Centro Comunitário no interior do morro até o fim do projeto, no final de 2004.

Havia inúmeros conflitos entre os membros da “equipe” decorrentes de visões de mundo, formações e experiências de vida distintas.

Em relação ao trabalho com os jovens, os trabalhadores do projeto, colocavam grande ênfase no comportamento, como comentou a psicóloga: o “tom maior do meu trabalho é no comportamento”, visando a “melhorar para iniciação ao trabalho e incentivo à educação”. Ainda, uma das condições para a entrada e permanência do jovem no projeto seria ele “estar na escola”.

Ainda, os jovens atendidos pelo “projeto” são considerados como estando em “situação de risco social”, pois, como disse certa vez o “consultor de dependência química”, os jovens “são usuários, dependentes químicos, outros nem usam, mas estiveram envolvidos no movimento, no tráfico, e estão aqui para parar”. Portanto, o “risco” é dado pelo uso de drogas ou pela possibilidade de isso vir a acontecer. O “risco” está associado à própria percepção que nossa sociedade tem das drogas: “[...] a idéia é que a droga enfraquece a moral, fazendo com que os indivíduos sejam mais facilmente seduzidos, corrompidos ou enganados” (Velho, 1997:60). Isto remete a uma representação das substâncias psicoativas como entidades dotadas de vontade própria, que teriam o poder de fazer seus usuários cometerem atos violentos, gastarem todo o dinheiro para continuar no uso (Piccolo, 2001).

Dessa maneira, os financiadores do “projeto”, que se insere no âmbito do PROAP (Favela-Bairro), com financiamento do BID, e os seus trabalhadores consideram o “risco”, por um lado, inerente às condições de vida nas quais os jovens estão inseridos, como sua situação familiar e econômica, local de moradia, e, por outro lado, devido aos gostos desses jovens, como as pinturas e desenhos nos cabelos, as roupas de marca, certo reconhecimento do *status* trazido pelo ingresso no tráfico, o baile *funk* e o uso de drogas – tal como abordarei adiante.

Contribuiria, ainda, para o “risco” desses jovens a sua própria família, vista como “desestruturada”, ou porque os pais são separados, ou porque têm muitos filhos com diferentes parceiros(as).

A situação familiar dos jovens era percebida, pelos membros da equipe, como fonte de suas “carências”, aqui entendida não apenas como de bens materiais, mas de carinho e de afeto, como salienta Camila: “- Eles são a própria carência, são carentes, querem ser olhados, tocados [...]. Muitos não têm nem mãe”.

Ainda, a família os colocaria em “situação de risco” porque, segundo a “equipe”, alguns pais são usuários de drogas ou dependentes químicos. As drogas a que eles faziam referência não eram apenas as consideradas ilícitas – maconha e cocaína -, mas o álcool e o tabaco também.

Nas fichas de 27 jovens que participaram do projeto, encontrei as seguintes observações feitas pela psicóloga quanto ao uso de drogas por parentes: seis teriam tios e primos que “usam álcool” ou “drogas e álcool”; oito que os pais, principalmente o pai, era “viciado”, “dependente químico”, “alcoólatra”; três, os irmãos usam drogas ou álcool e, num caso, “a avó e o marido usavam drogas durante a infância dos filhos”. Quanto ao envolvimento com o tráfico por parte dos parentes, cinco teriam pais, irmãos e primos que estariam envolvidos no tráfico, sendo que alguns já haviam sido mortos.

Também nas reuniões, essas relações eram enfatizadas: “Fulano ainda não saiu da linha de risco porque tem um irmão bandido, muito respeitado por ele”. “Fulano tem três irmãos, um é da vida, outro está aqui e outro é do outro lado. O menor foi pego no morro com uma porção de armas de brinquedo, a polícia o prendeu”, disse a psicóloga. “Ele estava fazendo uma ganguezinha só de arma de brinquedo”, comentou, rindo a presidente da entidade.

Quanto aos próprios jovens, nem todos utilizariam drogas. Ainda, segundo o “consultor de dependência química”, “nenhum [dos jovens] usa [cocaína] porque tem medo”.. A avaliação dos “riscos” passaria por outras questões e as discussões surgidas nas reuniões revelam as tensões em torno das avaliações do que é estar em “risco”. Assim, uma jovem estaria em “risco” por ser filha única, “mimada pela mãe” e o seu “pai, alcoólatra”, ou ainda, o caso de um jovem que “não usa drogas, é ladrão de carro, assaltante mesmo, mora na Petrópolis, num contexto ali, está sempre no meio de bandidos, é muito de risco”.

Portanto, o risco não passa somente pelo uso de drogas, mas pelo “contexto” no qual o jovem está inserido, que pode ser entendido como a rede de relações da qual participa.

O “projeto” seria, nesse sentido, uma espécie de rito de passagem, em que eles ‘deixariam de usar drogas’, aprenderiam novas coisas e se despiriam daquilo que o ligava antes “ao mundo do crime”, inclusive de seu nome— por exemplo, um jovem deveria deixar de usar seu “nome de guerra”, como era conhecido no tráfico e passar a atender por *seu nome*, o nome do registro de nascimento.

Cabe ressaltar que o próprio nome escolhido para o “projeto”, “Esperança de Vida”, remete à concepção do trabalho a ser desenvolvido e o seu público destinatário: mediante as “atividades civilizatórias”², tem-se a “esperança” de transformar o “risco” em “vida”.

Um dos eixos de atuação do projeto era a preparação para o trabalho, e para isto os jovens foram inseridos nos cursos profissionalizantes da Faetec, principalmente cabeleireiro, manicure e

² Refiro-me a atividades ou práticas civilizatórias no sentido de um processo levado a cabo no âmbito do Centro Comunitário, visando a inculcar não apenas novos valores em seus participantes, mas apurar as maneiras de ser, andar, falar, vestir e, mesmo, os gostos, tal como a noção de processo civilizador de Elias (1994: 215), que indica “mudanças a longo prazo nas emoções e estruturas de controle das pessoas em sociedades particulares”.

padaria. A equipe indicava os cursos para os jovens fazerem, o que na maioria das vezes não eram aqueles que os próprios jovens tinham vontade de fazer, emergindo conflitos. Assim, por exemplo, numa reunião, a gerenciadora de projetos instituiu que “Todos terão que fazer panificação, senão ficam só na informática e não podem”; ao que a presidente ressaltou “Eles não querem fazer o curso de padaria para aprender a fazer pão, não querem ser padeiros, mas para comer bastante pão”. Assim, para psiquiatra voluntária, disse eles não quererem ser “padeiro, jardineiro etc., mas eles querem ser jogadores de futebol, comprar carrão”, “é um absurdo!”.

Numa conversa com os jovens um deles expôs sua posição: “eu não quero fazer pão”. O que foi retrucado por Valéria:

“ - Vocês têm que fazer um curso, têm que fazer uma profissão; hoje vocês não estão dando valor, mas amanhã vocês vão estar agradecendo; isso tudo é pra criar dentro de vocês uma coisinha que desperte a motivação, que desperte vocês para a vida. Levei os meninos do Abrigo no Bob’s, se vocês quiserem, levo vocês lá e já aproveito para deixar uns dois lá, disse Valéria.

- Que nem escravo!, exclamou Aloan.

- Não é que nem escravo não. Já trabalhei 12 horas em loja, ralei pra caramba pra ganhar dinheiro. O desemprego está muito grande. Vocês 20, de 12 mil moradores da comunidade, têm muita sorte por estarem aqui, advertiu Valéria”.

Assim, os cursos que a equipe pleiteava aos jovens são aqueles que formam para as profissões destinadas às camadas populares. Por sua vez, os jovens queriam romper com isto, pois viam esses empregos como escravizantes, devido às condições trabalhistas.

No entanto, a questão da empregabilidade dos jovens esbarrava sem sua pouca escolaridade. Muitos jovens, após saírem do projeto, devido ao alcance do limite de idade, passavam a trabalhar como “monitores” de informática na própria entidade.

Durante as reuniões, a “equipe” constantemente definia e redefinia a situação de desvio desses jovens, enquadrando-os nela, interpretando seus comportamentos como desviantes ou como estando em “risco” de assim se tornarem (Becker, 1977 e Goffman, 1988). O “risco”, embora visto como dependendo de um “contexto”, era contabilizado, em certa medida, individualmente.

E, nesse contexto, embora nem todos usassem drogas, o ponto central da acusação de desvio era o uso de drogas. A classificação dos jovens como “drogados” e a leitura dos seus comportamentos como desviantes está relacionada à própria construção da categoria “drogado”.

A associação entre uso de drogas e patologia individual era evidenciada pelas inúmeras vezes em que os jovens eram “encaminhados ao neurologista”. As indicações ao neurologista e a suspensão do jovem das atividades ocorria, por exemplo, quando ele “surtava”, como um dos

jovens que “surtou em todas as aulas. [...] ele fica mexendo com os outros na aula, implicando, bagunçando”.

Nas avaliações dos jovens, pela equipe, o que estava perpassando essa interação é a visão sobre as favelas e seus moradores: *locus* das “classes perigosas” e dos comportamentos ‘anormais’, haja vista que a “equipe” é constituída por pessoas que não moram em favelas, mas em outros bairros da cidade, encontrando-se, dessa maneira, visões de mundo e estilos de vida bastante distintos, o que possibilitava a emergência de conflitos.

Ainda, nesse movimento construía o desvio que pretendiam civilizar, isto é, a carreira desviante desses jovens estava sendo alicerçada. Juntamente com a definição dos comportamentos, havia uma tentativa de “disciplinamento dos corpos” e uma preocupação em definir “punições” aos jovens – que tinha como medida principal um “desconto no dinheiro que [os jovens] recebem, por causa do comportamento”, pois privá-los de parte do dinheiro seria “a única forma de eles obedecerem”. Isto porque, para eles, o dinheiro, mais do que uma necessidade econômica (que de fato eles têm), é o instrumento que permite a eles participarem da sociedade de consumo, visto que, quando recebem, vão ao *shopping* fazer compras. Por outro lado, também passaram a recompensar aqueles que tinham bom comportamento, muitas vezes aumentando o valor da bolsa recebida e levando-os para participarem de atividades fora do Centro Comunitário.

Os jovens

Obtive informações de 33 jovens que passaram pelo projeto, sendo que de 27 jovens haviam fichas preenchidas pela psicóloga. Desses três eram mulheres e 30 eram homens. A idade variava de 13 a 19. Em relação a escolaridade, cinco tinham até a 4º série do ensino fundamental, 13 estava na 5º e 6º série, quatro na 7º e 8º, três cursavam o ensino médio, dois cursavam o supletivo do ensino fundamental no próprio Centro Comunitário e não encontrei informações de seis jovens. De 27 jovens, oito moravam com pai, mãe e irmãos, sete com mãe e irmãos, três com a mãe e outras pessoas, quatro com outros familiares, um com amiga e não obtive informação de quatro. Quanto ao tipo de moradia, dos 27 jovens, 19 moravam em casa própria, um em casa alugada, dois em casa cedida e não havia informação de cinco jovens.

Saliento que diversas vezes tentei ir visitar as casas de alguns jovens, conhecer suas famílias, participar de seu cotidiano familiar, mas todas as tentativas resultaram em respostas negativas. A casa é um espaço vetado a estranhos, e, mais, se no âmbito do Centro Comunitário eles têm suas vidas devassadas e seus comportamentos mantidos sob um controle extremamente vigilante, é possível compreender essa recusa em me levar às suas casas, visto que eu era

percebida, pelos jovens, como “professora”, como integrante da “equipe”, como uma maneira de resistir a uma invasão total de suas vidas e manter espaços de relativa liberdade.

Nas fichas, havia um item que abordava a maneira como os jovens chegaram ao projeto. Eles chegaram ao projeto por vias diversas: por convite da presidente da entidade; por pedido da mãe; “por demanda espontânea”; para “ser inserido no trabalho das passeadeiras comunitárias”; “por outro jovem do projeto – jovem este amigo ou parente. Assim, a própria inserção do jovem no “projeto social” e na rede mais ampla do Centro Comunitário se dá mediante suas redes de relações sociais.

Quanto às suas intenções em relação ao projeto, alguns relataram mais de uma vontade pela qual o estavam buscando. A intenção mais citada, por dez jovens, foi que queriam “melhorar de vida”; entre estes, um especificou que “quero ter uma vida melhor longe do tráfico e das drogas”; cinco salientaram que querem “mudar de vida”, dentre estes uma jovem especificou que “quero deixar de ser louca”. Segundo a anotação da psicóloga, a jovem “se acha maluca porque pinta o cabelo de diferentes cores, raspa a cabeça e faz coisas doidas. Gosta de ser diferente”. Quatro jovens disseram que buscavam o projeto “para ocupar os dias, o tempo”; dois porque recebiam “convites para o lado errado”; dois para “arrumar emprego”, “ter uma profissão”; dois para “aprender coisa novas, fazer cursos, estudar, aprender com o projeto”. Ainda, houve as seguintes intenções, com um jovem mencionando cada uma delas: para “ter responsabilidade”; para “fazer novos amigos”; porque “amigos de infância estão no tráfico”; “parar com a vida de roubo”; “parar de ter as doenças que tem (dor de dente e visão)”; “agressivo com a namorada”; “pai e mãe morreram”; e um disse que “quero tirar minha família da comunidade para não conviverem com a violência”.

O ingresso, no projeto, de alguns meninos que participavam do tráfico e suas implicações, foi discutido numa das reuniões da equipe quando a presidente da entidade levantou a questão da dificuldade de conseguir que alguns jovens realizem determinadas tarefas, principalmente quando é necessário um deslocamento do morro, porque “alguns meninos são oriundos do tráfico e eles têm medo de sair, porque têm medo de serem reconhecidos pela polícia, que já os prenderam”.

Os estilos de vida dos jovens

A partir da convivência e observação cotidiana dos jovens, foi possível apreender certos aspectos constitutivos das identidades sociais desses jovens e do seu estilo de vida, que são os mesmos tomados pela “equipe” para estigmatizá-los e pelos quais seus comportamentos são

lidos como desviantes. Isto porque os signos de sua identidade são vistos como extremamente depreciativos, especialmente quando associados ao próprio estigma do ser negro e pobre.

A questão da influência da cor das pessoas em suas interações sociais, não se impôs porque havia, no Centro Comunitário, uma reivindicação de identidade étnica, enquanto emergência da etnicidade na luta por demandas políticas - o que não significa que não haja identidades sociais negras naquele local, mas, sim, porque o assunto ganhou sentido na interação face-a-face com o 'outro', principalmente, com pessoas 'de fora' - como com a polícia, comigo e com outros "estrangeiros" - quando a cor é vivenciada e a diferença, percebida.

Assim, por meio da observação dessas relações é que pude perceber as diferenças sociais dadas pela cor e pela aparência, que contribuem, em muitos momentos, para marcar distinções e hierarquias de *status* e de poder aquisitivo.

Nesse contexto, eu era a "branquinha", como diversas vezes foram feitas referências a mim. E os jovens "pretos". Assim, por exemplo, que ouvi, após eu ter ficado muito tempo exposta ao sol, que "mais um pouco e você ficava da cor deles [dos jovens, que são 'negros'³]".

Diversas pessoas no Centro Comunitário, inúmeras vezes, me perguntaram se eu era "brasileira", questionamento este que creio estar associado à minha aparência, à cor da minha pele, dos meus olhos e dos meus cabelos (ainda que pintados).

O Centro Comunitário é um local visitado por diversos estrangeiros: como o "alemão" que estava lá para escrever um livro, e as "italianas", de uma missão beneficente da Itália, que foram ensinar os jovens a fazer pizza. Entre inúmeros outros, todos são brancos e muitos com a mesma cor de olhos que os meus.

Aqueles que não perguntavam se eu era brasileira atribuíam o meu fenótipo à região de onde vim (Sul), a qual, algumas vezes, é percebida como "parecendo ser outro país", devido à quantidade de "brancos" que moram lá.

Outra distinção feita a partir da minha cor e aparência foi em relação à minha classe social. Certa vez eu estava brincando com algumas crianças e uma menina de 12 anos perguntou se eu era professora de inglês. Frente a minha negativa, ela exclamou: "É que você tem cara de rica!".

Assim, opondo-se ao "branco" e "rico" está o "preto" e "pobre", como salientado numa conversa com Lúcio, 22 anos, professor de informática no Centro Comunitário, sobre um livro com poesias que deseja organizar junto aos poetas do morro. O que o motiva é o fato de que

³ Devido ao fato de eu não ter problematizado, junto ao universo pesquisado, a questão da cor, não tenho dados sobre sua autopercepção racial. Nesse sentido, utilizarei os termos 'branco', 'pardo' e 'negro'/'negra' conforme o senso comum e minha avaliação, portanto sujeito a outras interpretações conforme outros interlocutores e outras percepções, por isso sinalizarei com o uso de aspas simples, em situações nas quais elas próprias não tenham utilizado alguma categoria.

“estou cansado de ver só matérias na mídia sobre violência e droga”; quer, então, em contraposição, “mostrar que aqui tem muita coisa boa, tem gente muita boa em outras coisas”, e completou seu comentário, afirmando: “a minha sorte é que não sou preto, porque já sou pobre e moro na favela, se fosse preto eu estava ferrado!”.

Desse modo, como apontam Cunha (2001) e Sheriff (2001), em determinadas situações as categorias utilizadas pelas pessoas para referirem-se ao outro pela cor não são “raciais”, mas “referenciais”, pois fazem referência ao *status*, à aparência, ao local de moradia e ao poder aquisitivo.

Assim, a força imperativa deste tema deu-se pelo meu próprio “mergulho no familiar desconhecido na sempre difícil aproximação quando cruzamos a linha das classes sociais” (Cunha, 1991:7). Nesse sentido, havia uma diferença visível, embora nem sempre falada, de classe, expressa em minha maneira de andar, de me vestir, mas, principalmente, era percebida pela diferença de minha cor – sou muito branca, “ruiva” – inserida num universo predominantemente não-branco.

Embora não haja uma reivindicação de etnicidade fundada em um passado, um ancestral e uma língua comum (Barth, 1998), há, no morro Parque Vila Isabel, modos diferentes de construir e vivenciar as identidades associadas à cor. As principais distinções relacionam-se à geração e ao ser “nordestino”, ou ser “negro”. Por exemplo, entre os jovens, há uma multiplicidade de maneiras de expressar sua negritude, principalmente, entre aqueles com os quais interagi durante a pesquisa: há experiências compartilhadas no presente e expressas simbolicamente pelo uso de determinadas roupas, o gosto pelo *funk*, pelo pagode, pelo uso do corpo, que apontam para uma identificação do ser negro, pobre, urbano e habitante do morro.

Logo que cheguei ao Centro Comunitário e comecei a interagir com os jovens, percebi que eles têm uma estética que aponta para uma das múltiplas maneiras do ser jovem, negro, pobre, urbano e habitante do morro. Essa identidade é expressa, entre os jovens, pelo uso de roupas de “marca” – camisetas, bermudas, chinelos e bonés. E entre as jovens, por roupas colantes ao corpo, tanto calças quanto shorts, *tops* e sapatos de salto alto, utilizadas tanto no cotidiano, quanto nos bailes *funk*.

Isto remete a experiências compartilhadas da juventude e da negritude, como categorias socialmente construídas, e expressas simbolicamente pelo uso de roupas, o gosto pelo *funk*, pelo pagode, pelo uso do corpo, pelo fascínio com os símbolos das facções criminosas, tanto com as siglas quanto com as armas. Nesse sentido, o pertencimento social desses jovens é inscrito no corpo, isto é, os símbolos dessa identidade são expressos corporalmente.

Os jovens mantinham os cabelos sempre bem curtos, cortados à máquina, mas de maneira que ficasse um pouco de cabelo para pintarem, fazerem desenhos, listras. A preferência por esta estética por exemplo era reforçada quando alguém estava fora desses padrões. Certa vez os jovens disseram para uma das cozinheiras do centro, que o filho dela “tinha o maior cabelo blecão [de *black power*]”. “Você tem que cortar o cabelo dele!”, os jovens lhe ordenavam. A mulher respondia que o menino, com sete anos, “não deixa cortar o cabelo dele de jeito nenhum, o que eu vou fazer?!”. Na semana seguinte, o menino apareceu com o cabelo cortado como o dos jovens.

Geralmente, um jovem cortava e pintava o cabelo do outro, nas próprias dependências do Centro Comunitário. Os jovens variavam a cor que pintavam os cabelos, com a predominância do acaju, do loiro, do descolorido e do preto. Às vezes, estavam com o cabelo pintado de marrom com bolinhas douradas por toda a cabeça. Além dos cabelos, alguns vocês jovens descoloriam o “bigode” com água oxigenada. Muitos também desenhavam em suas cabeças o símbolo das “marcas” de roupas e acessórios desejadas em seu cabelo, como o “N” da Nike ou o “R” da Redley, em cores diferentes daquela do restante da cabeça. Ou ainda, raspavam o “N” ou o “R” numa lâmina menor do que aquela com a qual cortaram o restante dos cabelos.

Alguns jovens traziam três listras em seu cabelo, na entrada do lado esquerdo da cabeça. Certa vez, perguntei a Vicente o que eram aquelas listras, ele disse que eram da “Adidas”. Indaguei de que maneira eles faziam, ele respondeu que com “gilete”.

A preocupação com sua estética contribuiu para que vários jovens entrassem nos cursos de cabeleireiro e manicure da Faetec, preterindo o de padeiro. Além dos cabelos e pêlos, os jovens utilizam acessórios como anéis, correntes e cordões com pingentes e, com menor frequência, brincos. Muitos tinham tatuagens, algumas feitas inclusive com “a semente de caju, tira aquele líquido de dentro e escreve”, o que ocasiona uma queimadura, sobre a qual cria uma casca grossa de ferida, misturada com sangue e pus, depois fica marcado o desenho que fizeram.

Assim, se para os jovens os adornos e pinturas nos cabelos, fazer as unhas, usar acessórios é constitutivo de sua identidade, isso é percebido pela “equipe” e outros trabalhadores da entidade como algo negativo - próprio do estigma. A equipe apontava essa estética como negativa justificando que os jovens “dessa forma” não conseguiriam emprego e seriam presos pela polícia”.

Assim, quando os jovens saíam do morro para alguma atividade, por exemplo, a preocupação vinha à tona. Certa vez, a secretária da entidade pediu a dois jovens que “na cidade”, “carregar o toner de tinta” para ela. Os dois saíram felizes por volta das 14 horas, próximo das 17 horas, a secretária estava desesperada porque os dois jovens “até essa hora não

apareceram” e repetia: “Eles estão sem documentos e têm os cabelos pintados, e se a polícia pegar eles? O que vai acontecer?”. Lembramos a ela que Adolfo havia levado o seu celular. “E se tomaram o celular deles?!”, cogitava a secretária, “eles são bobinhos”, sentenciava. Quando Adolfo e Vicente chegaram, entraram sorrindo, provavelmente já sabiam do desespero da secretária.

Numa outra situação, conversando com Dona Anastácia, comentei que os jovens haviam me dito que sairiam do “projeto” em pouco tempo e estavam preocupados porque não teriam o que fazer. Ela desabafou dizendo que “Isso é um problema, já estou ficando angustiada com isso”. Após eu ter sugerido que ela buscasse os convênios já estabelecidos com a Prefeitura, ela disse: “Mas quem vai querer empregar eles. Além deles serem muito feios, ainda pintam o cabelo de vermelho e andam desse jeito. Quem vai querer dar emprego pra eles?!”, hesitava.

Vemos que há uma relação ambígua, na entidade, em relação aos jovens, ao mesmo tempo em que são considerados “feios”, tendo “aqueles cabelos” e “andando desse jeito”, são visto como “bobinhos”, inexperientes e percebidos como alvos potenciais e preferenciais dos policiais - justamente por apresentarem essa estética.

Os jovens trazem expresso em seus próprios cabelos e corpos a adesão a um determinado estilo de roupas jovem, as roupas de grifes – “verdadeiras” ou “falsificadas” – especialmente, as marcas *Nike*, *Redley*, *Kenner*, *Osklen*. As roupas que preferem utilizar, e com as quais estavam na maioria das vezes, são camisetas, bermudas, chinelos e bonés que trazem as etiquetas dessas grifes, associadas ao estilo esportivo e *surf wear*. Percebi que todos os jovens utilizam um chinelo de dedos igual (tira de tecido e sola de borracha fofa) da mesma marca – *Kenner* –, variando a cor entre preto, verde e cinza. O chinelo, segundo eles, custa 37 reais.

Estar no “projeto” permite, mediante a “bolsa” que recebem, a aquisição dessas roupas. O local onde eles compram os chinelos e as roupas, segundo Amadeu, é, especialmente, embora não o único lugar, no *shopping* Iguatemi, localizado numa área de grande circulação do bairro de Vila Isabel freqüentado pela classe média local e dos bairros adjacentes, e também pelos jovens que freqüentam o Centro Comunitário.

No *shopping* Iguatemi, as lojas preferidas pelos jovens que freqüentam o Centro Comunitário são a da Redley e a loja da Sabotage, que conforme me disseram, “vende mais barato”.

Os jovens mantêm com o *shopping* uma relação ambígua, pois é através dele que participam da sociedade de consumo, ao mesmo tempo em que percebem suas condições de existência e a desigualdade social. Assim, a proximidade com o shopping era para a presidente da entidade um “problema”, era percebido como a causa da “revolta” desses jovens – pois

expressa a desigualdade social “é muito ruim a gente estar no morro descalço e ir no *shopping* e ver aquele monte de tênis na vitrine”. Para ela, essa proximidade do *shopping* e a frequência dos jovens a ele é que os deixaria “revoltados, [pois, vão] vendo uma diferença muito grande entre o morro e assim tão próximo”.

É possível pensar que essa “revolta” expressaria não apenas a desigualdade social, fortemente, marcada, mas a impossibilidade de troca e de processos de reciprocidade entre classes sociais distintas (Velho, 2000). É neste sentido que Dona Anastácia compreende a “revolta” que os jovens sentiriam, pois frente à convivência com a desigualdade social, no âmbito de um sistema capitalista de consumo, com forte difusão e generalização pela mídia de modelos culturais da classe média, os jovens buscariam ser semelhantes e ter um lugar próprio no mundo.

No entanto, quando os jovens do “projeto” buscam uma igualdade, pelo menos, mediante o consumo, e passam a utilizar roupas semelhantes a muitos jovens da classe média, suas roupas passam a ser discriminadas, tornando-se um estigma. Nesse sentido é que encontrei observações nas fichas de alguns jovens salientando que: “Só gosta de roupas de marca”, “possui inversão de valores”.

Ainda, na busca da representação de si e expressão de sua própria imagem corporal, tiveram papel importante as inúmeras vezes que tirei fotos dos jovens, 200 fotos, a grande maioria por insistência deles. Alguns pediram para que eu batesse fotografias suas em frente a carros novos, durante um passeio ao Centro da Cidade. Certa vez emprestei a câmera aos jovens e disse que poderiam bater fotos de onde quisessem. Eles foram para as proximidades do Centro Comunitário. Quando revelei o negativo percebi que eles haviam tirado fotos postados na frente de um muro entre os desenhos do símbolo da facção criminosa com a qual o morro se identifica – TC (Terceiro Comando) – e um tanque de guerra. Levei as fotografias para eles verem. Vicente vibrou quando viu as suas ao lado do escrito “TC”.

Nas fotografias em os jovens apareciam sozinhos, geralmente faziam a mesma pose: eretos com os braços cruzados em frente ao corpo e o semblante sério, remetendo a um ideal de masculinidade, pois é uma pose que evoca virilidade, força e disposição para o enfrentamento, como nas fotos acima. Nas fotos que tiravam em duplas ou grupos geralmente, estavam se abraçando.

Os jovens têm, em certa medida, uma identificação com os símbolos da facção criminosa autoproclamada pelos traficantes locais. Nas fichas sobre os jovens, preenchidas pela psicóloga, ela fazia referência a esta identificação. Na visão da equipe, o tráfico é visto como um “falso poder”, porque se opõe ao poder estabelecido pelo Estado e, principalmente, pelo seu

caráter de ilegalidade. Os jovens são vistos como tendo um “encantamento” pelos seus símbolos, não apenas pelas armas e drogas, mas por outros símbolos associado a essa atividade: motos, novinhas e roupas de grifes.

Mas o que é um estilo de vida para os jovens, é visto pela “equipe” como um desvio dos padrões de normalidade e, por isso, deve ser corrigido mediante a intervenção da “equipe”.

Não apenas a “equipe”, mas outros trabalhadores do Centro Comunitário também expressavam essa percepção, certa vez fomos num passeio com os jovens a praia do Recreio. O trajeto de ida e volta do morro à praia foi marcada por uma relação de constrangimentos entre o motorista da kombi e os jovens. O motorista, trabalhador da entidade, ordenava aos jovens que colocassem as cabeças para dentro do veículo; não “mexessem” com as pessoas na rua. Para ver seus pedidos atendidos, os ameaçava: “ó, vocês mesmos vão estragar o passeio de vocês!”, “a polícia vai parar a Kombi” e nós iríamos nos incomodar, ainda mais estando um dos garotos com “aquele cabelo” (descolorido).

Na relação que os jovens estabelecem com o tráfico, eles fazem uma distinção entre “ter envolvimento” e “ser bandido”tráfico”. É possível pensar que “ser bandido” está relacionado com o assumir publicamente este papel social, andar armado, atirar em polícia e “nos alemão”, vender drogas, “não poder ir na rua”, entre outras ações. Já “ter envolvimento” é dado pelas próprias relações sociais estabelecidas com os “bandidos”, quando prestam “favores” a estes, como, de vez em quando, carregar drogas e armas para “os caras do tráfico”, visto que “a gente cresceu junto, foi criado junto”. Nessas redes é atribuído àqueles que estão no tráfico certa autoridade e *status*, e é nesse sentido que quando “oferecessem” para alguém carregar sua arma ou guardar sua droga isto é visto como estando aquele que oferece “dando uma moral” àquele que se destina, isto é, este pedido é percebido como uma prova de confiança daquele que solicita o “favor” e como aumentando o prestígio daquele que o presta junto aos membros do tráfico, que, por sua vez, são seus amigos, vizinhos, parentes, enfim, cresceram juntos. Assim, não aceitar a oferta pode ser visto como uma desfeita, uma desonra à confiança depositada e ao prestígio conferido.

Mas se há essa identificação com o tráfico e o estilo de vida associado, que possibilita que alguns jovens, mesmo tendo participado do “projeto”, como Amadeu, ingressem nessa atividade, a relação é ambígua – fascínio e medo, por exemplo, quando, algumas vezes os jovens, durante momentos de “guerra”, solicitavam a presidente da entidade para que ela os levasse para outros locais, ou para a casa em Saquarema, ou para o sítio em Petrópolis.

A ambigüidade da relação estabelecida entre os jovens e os “bandidos” era expressa, ainda, através de seus olhos, que muitas vezes brilhavam quando contavam alguma situação ruim

pela qual passavam, como estar numa festa e ter um tiroteio do qual tem que sair correndo: sobre um final de semana, os jovens disseram que ocorreu uma festa e em determinado momento “os alemão do morro São João que deram tiro e saiu todo mundo correndo pra tudo que é lado. Eu quase levei um tiro, saí correndo e veio um tiro numa parede e o que sobrou da bala bateu no meu olho”, contava, sorrindo, João Rivaldo. “Que horror!”, exclamei. João Rivaldo virou-se e saiu rindo.

Nos relatos sobre as “guerras” entre traficantes de morros rivais e seus mortos, os jovens mesclam momentos de tristeza com um tom de orgulho, quando, por exemplo, narram algo feito contra o morro arquiinimigo ou contra policiais.

Em outro momento, os jovens conversavam sobre a “guerra” e sobre “os tiros de 1.30, 1.50, 1.80”. “Isso é o tamanho da bala?”, questionei. “Da arma. 1.30, 1.50, 1.80 é da arma; arrebenta a cabeça de uma pessoa; têm granadas, de tamanhos diferentes”, explicaram. E comentaram que um deles perdeu os dedos por isso, então Tomás mostrou a mão esquerda, sem o dedo mínimo e o anular e contou que “perdi os dedos porque a granada explodiu na minha mão; eu ia atirar, vieram atirando para cima de mim, aí eu me abaixei e levantei novamente e fui atirar. Nisso, eu vi a granada explodindo e perdi os dedos”. “Você teve sorte de não perder a mão”, comentei. “Eu tive sorte de não morrer!”, concluiu, mostrando, ainda, uma cicatriz no queixo e marcas de pontos no braço direito. Tomás, descontraindo disse: “agora eu tenho poder sobre as cabeça de nêgo”, e simulou que estendendo a mão sobre ela, ela não explode, “só explode se eu estalar os dedos”, e estalou. Os outros jovens riram.

Outro momento de expressão da identidade e do estilo de vida desses jovens é o baile funk. Nas noites de sábado e de domingo, os jovens iam ao baile *funk* realizado na quadra do CIEP. O baile, como um momento de sociabilidade, reforça o vínculo entre eles (Vianna, 1997a, 1997b, 2000; Cechetto, 1997, 1998; Cunha, 2001).

O baile é um espaço onde o uso de drogas é permitido, pois no cotidiano, com exceção dos jovens integrantes do tráfico, as pessoas evitam falar e usar drogas no espaço público.

Durante o baile, as pessoas estavam sempre em pequenos grupos, geralmente, só de garotos ou só de garotas, grupos mistos ocorriam quando havia algum casal entre o grupo. As pessoas, nos seus grupos, ora dançavam juntas ora ficavam conversando e dançando, ora formavam os “bondes”, isto é, constituíam uma fila na qual um colocava a mão no ombro daquele que estava à sua frente, e assim iam dançando pelo espaço do baile, fazendo algumas coreografias no meio de vários outros “bondes”. Os jovens portando armas e fuzis também faziam “bondes” e dançavam pela quadra.

Havia dezenas de jovens armados, com diferentes modelos de armas modernas e variando entre fuzis e, principalmente, pistolas, penduradas no corpo ou numa espécie de cinto, na cintura. Alguns jovens, além da arma, traziam uma pochete pendurada. Alguns dos jovens armados ficavam espalhados ao redor da quadra, tanto pelo lado de fora como de dentro, em prontidão, isto é, não bebiam, não usavam drogas, ficavam em vigília.

Considerações finais

Como visto ao longo desta comunicação, os jovens participantes do “projeto Esperança de Vida” estariam numa suposta “situação de risco social”, tal como percebida pelos membros da equipe. Em virtude de distintas perspectivas, a dos jovens, a da “equipe” e a da presidente da entidade, a interação deles abre espaço para conflitos e acusações de desvio.

Isto se reflete ainda nas preocupações e objetivos do “projeto”, ao visar a inserir os jovens no “mercado de trabalho” formal, preferencialmente. No entanto, alguns aspectos eram expostos como entraves a essa inserção: a baixa escolaridade dos jovens e o não interesse de muitos deles pelo tipo de trabalho oferecido: padeiro, vendedor de verdura.

Para alguns, suas expectativas após a saída do “projeto” eram “voltar pro tráfico, porque não tenho emprego e não vou ficar acordando cedo para ir procurar emprego”. Esta visão “negativa” do trabalho entre os jovens das classes populares, surge, como apontou Zaluar (1985), da percepção do trabalho como estando entre a escravidão - principalmente, entre os jovens - e a dignidade pessoal - para os pais de família, provedores do lar.

Como salientou um dos jovens: “de office-boy a gente não precisa estar aqui para conseguir, a gente consegue fácil, tem aí fora. A gente está aqui porque quer ter opção de escolhas. Alguns optaram por ser garçom, mas outros querem outras escolhas. Me inscrevi no curso de microcomputador na Faetec e não começou”. Esta foi uma longa discussão, e num outro momento, quando questionado sobre o horário de almoço do próprio projeto, Celso considerou “Trabalhamos com a realidade, a realidade da comunidade em escolaridade é essa, os empregos que conseguirão não terão mais de uma hora de almoço. Vocês têm que se adaptar”.

Outros queriam “fazer faculdade, mas [muitas vezes tinham a] percepção de que não vai conseguir, porque mora aqui. O nível dele é maior, é mais elevado”.

A partir da discussão acima se compreende porquê os jovens não querem trabalhar em “empregos”, que segundo a “equipe” é a “realidade” deles, porque são empregos que exigem baixa qualificação, mas nos quais as pessoas trabalham muito e percebem pouca remuneração. Nesse sentido, os jovens não visualizavam a possibilidade de alcançar os objetivos que declararam quando entraram no “projeto”, e que constavam nas suas fichas: “mudar de vida” e

“melhorar de vida”. Diante disso, é possível vislumbrar, que os jovens, pelo menos alguns, tinham expectativas ou “projetos” para o futuro, e estar no “projeto social” era visto como um momento para alargar seu “campo de possibilidades”.

No entanto, seus “projetos” se diferenciavam daqueles que a “equipe” tinha para eles, que visava, de certa maneira, a restringir seu “campo de possibilidades” quando estavam, a todo momento, tentando conformá-los e adaptá-los à “realidade da comunidade”, tal como visto sob a perspectiva da própria “equipe”, e não transformar suas condições de existência. Dessa divergência de perspectiva é que os conflitos entre os jovens e a “equipe” ganhavam espaço.

Cabe ressaltar ainda a percepção e a relação estabelecida entre os jovens e a polícia. Diversas vezes os jovens do “projeto” foram detidos por policiais para averiguações. Após uma dessas situações, os jovens participantes do “projeto” passaram a utilizar um crachá que identificava a entidade, com o nome e a foto de cada um. Perguntei a um dos jovens sobre o crachá e Dona Anastácia, que estava perto, explicou-me: “agora é preciso, porque a polícia está direto pegando os meninos, batendo neles, até entrando no Centro. A polícia está demais!”. Nesse sentido, o crachá é uma forma de protegê-los contra a ação policial, visto que os identifica com uma entidade que atua civilizando-os e afastando-os do ‘crime’. Por isso Dona Anastácia ficou tão indignada com a atuação policial que parou a Kombi, vista por ela como um “abuso”, pois ela trabalha, de certa maneira, na mesma direção que as forças policiais, contra as ações criminosas, ainda que por meios diferenciados: o Centro Comunitário, via práticas civilizatórias, e as forças policiais via repressão e prisão.

Essa percepção de que a relação entre os jovens e a polícia é conflituosa também perpassa a relação entre os trabalhadores da entidade e os jovens. É mediante essas relações conflituosas estabelecidas entre os jovens e a polícia que vem a compreensão daquilo que Félix me disse certa vez: “nunca gostei de polícia [...]. Eu prefiro os bandidos. Eu também não gosto de bandido, mas se tiver que fechar com um deles eu fecho com os bandidos, porque bandido é bandido, todo mundo sabe, ele tem uma cara só sempre, de bandido, ele mostra que é bandido. Polícia não, é falso, é pior que bandido, tem duas caras”.

Por fim, saliento a relação entre os moradores do morro e do bairro, tomando como mote o *shopping* Iguatemi. Ao freqüentá-lo, os jovens mantêm contato com o restante do bairro e participam da sociedade de consumo, inclusive, internacional, no contexto de um sistema capitalista com forte difusão e generalização, pelos meios de comunicação, de modelos culturais da classe média como sendo acessíveis a todos. A busca dos jovens em serem semelhantes é expressa, por exemplo, pelas marcas das roupas que costumam vestir: *Nike*, *Redley*, *Kenner*, entre outras.

A ambigüidade reside no fato de que, quando vão ao *shopping*, as suas condições de existência e as desigualdades sociais são perceptíveis, seja no atendimento dispensados a eles ou na visibilidade das “vitrines”, como salientou Dona Anastácia. Esta relação acionaria a “revolta”, atrelada tanto à convivência com a desigualdade social, quanto a sua participação (ou o desejo) na sociedade de consumo, meio pelo qual os jovens buscariam ter um lugar próprio no mundo (Zaluar, 1985; Peralva, 2000).

No entanto, quando passam a utilizar, de fato, os modelos culturais semelhantes, por exemplo, via consumo de roupas de grife, isso é revertido num estigma. Peralva (2000) aponta para esse processo, enfatizando que, ao partilharem dos mesmos lugares que as camadas médias – escola, lazer (como praia, bailes *funk*) - se acentuam os processos de preconceito e discriminação, mais particularmente, contra “favelado e negro”, desencadeando conflitos, algumas vezes com brigas e outras ações, pela necessidade de ambos afirmarem sua identidade e liberdade. Isto contribui para que continue e, de certa maneira, se construa nas representações e, às vezes, nas práticas sociais, a distinção favela / cidade, uma vendo a outra como inimiga. Colabora para isto o preconceito racial existente em nossa sociedade, que durante séculos apontou o negro como “marginal”, “bandido” e “ser inferior”.

Bibliografia

- ALVITO, Marcos. As cores de Acari: uma favela carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1998.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. (orgs.) **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p.185-250.
- BECKER, Howard. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CECCHETTO, Fátima Regina. Galeras *funk* cariocas: os bailes e a constituição do ethos guerreiro. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.) Um século de favela. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.145-165
- _____. As galeras *funk* cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, Hermano (org.) Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997. p.95-118
- CUNHA, Olívia Maria Gomes. Bonde do mal: notas sobre território, cor, violência e juventude numa favela do subúrbio carioca. In: MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia (orgs.) Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.83-153.
- CUNHA, Christina Vital. “Ocupação evangélica”: efeitos sociais do crescimento pentecostal na favela de Acari. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGSA, 2002 (Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia).
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador (V. I): uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. 15º ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

- PERALVA, Angelina. *Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PICCOLO, Fernanda Delvalhas. *Sociabilidade e Conflito no Morro e na Rua: etnografia de um Centro Comunitário no bairro de Vila Isabel*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006 (Tese de Doutorado em Antropologia Social).
- _____. “Se deixar a droga levar...”: um estudo sobre as trajetórias sociais de usuários de drogas em uma vila de Porto Alegre. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, 2001. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social)
- SHERIFF, Robin E. Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca. In: MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia (orgs.) *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.213-243.
- VELHO, Gilberto. *Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica*. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (orgs.) *Cidadania e violência*. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: FGV, 2000. p.11-25.
- _____. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 4º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a.
- VIANNA, Hermano. O *funk* como símbolo da violência carioca. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (orgs.) *Cidadania e violência*. 2º ed. Rio de Janeiro: EDUFRJ e FGV, 2000. p. 179-188.
- _____. *O mundo funk carioca*. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 [1988].
- _____. (org.) *Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.
- ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.
- _____. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.